

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - AQUISIÇÕES

Em atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento que integra a primeira fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação; descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico.

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. Constitui objeto deste documento a aquisição de equipamentos e componentes elétricos e de informática visando atender às necessidades da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado da Bahia. Tal ação justifica-se tendo como base o Objetivo Estratégico nº 06 – padronizar e fortalecer a infraestrutura de TI - do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2023-2027 da CODEVASF, que visa em sua Iniciativa Estratégica nº 17 fornecer equipamentos (hardwares e softwares) compatíveis com as necessidades de cada área da CODEVASF objetivando a execução de políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino.
- 1.1. Com a crescente demanda da sociedade pelos serviços executados pela CODEVASF - 2ª SR, a CODEVASF necessita manter e também melhorar seu parque de informática, equipando a Superintendência com as melhores tecnologias de hardware e software no intuito de garantir o bom funcionamento e a eficiência dos serviços prestados em sua área de abrangência. A grande demanda se aplica especialmente nesta época em que vivemos as consequências da pandemia, de forma que a 2ª/GR/UTI planeja o certame em questão visando o cumprimento das atividades laborais de seus empregados, e naturalmente propõe uma infraestrutura adequada de equipamentos de informática e suprimentos de impressão que garantam a continuidade das atividades meio e fim, sem prejuízo à sociedade.

II - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**2.1. Dos Normativos que Disciplinam a Contratação**

2.1.1. O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

- a) Lei nº 14.133/2021
- b) Lei nº 13.303/2016
- c) IN nº 40/2020
- d) Decreto nº 11.462/2023



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

2.2. A partir da aquisição de equipamentos e componentes elétricos e de informática, proporcionar condições de realização do trabalho aos empregados da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF.

2.3. Motivação da contratação:

- a) Benefícios diretos e indiretos que resultarão das aquisições:
Com a aquisição de equipamentos e componentes elétricos e de informática, a 2ª SR proporciona aos empregados ferramentas essenciais para a execução trabalho, visto que a utilização de recursos tecnológicos na última década tem crescido sobremaneira em relevância e abrangência, abarcando os mais diversos setores da empresa. E considerando o período atual pós-pandemia, em que praticamente todo o fluxo laboral tem convergido para o universo tecnológico, é primordial que a empresa proveja o colaborador com o máximo de qualidade ferramental;
- b) Conexão entre a contratação e o planejamento existente:
Fornecer ferramentas de trabalho aos empregados, buscando viabilizar o desenvolvimento de ações que promovam o desenvolvimento nos municípios que fazem parte da área de abrangência da 2ª SR.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de aquisição para os insumos em pauta, com ampla procura no comércio nacional. Foi realizada pesquisa de mercado no Painel de Preços, utilizando-se pregões já homologados por outros órgãos públicos.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Consiste na realização de Pregão Eletrônico para fornecimento de equipamentos e componentes elétricos e de informática no âmbito da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado da Bahia.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. As estimativas das quantidades a serem adquiridas foram baseadas nas demandas recebidas das áreas requerentes, bem como de levantamento analítico da 2ª/GRA/UTI tendo como fundamento a vivência diária da Unidade no que tange à estimativa de consumo dos suprimentos e vida útil dos equipamentos, além de experiências com pregões de anos anteriores;

VI - DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU DOS MEIOS DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS.

6.1. A estimativa de preços foi realizada em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, de 26 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre os procedimentos de licitações e contratações de obras, serviços, inclusive os de publicidade

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

institucional, compras, locações, concessões de uso de áreas, permissões e alienações de bens e outros atos de interesse da CODEVASF, no âmbito da Sede e das Superintendências Regionais, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Art. 30. Para a aquisição de bens e contratação de outros serviços, o procedimento de pesquisa de preços a ser realizado nas licitações deverá observar os seguintes parâmetros:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data da divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pelo Ministério da Economia.

§ 1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II deste artigo ou, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência, por meio de parecer de custo.

§ 2º Como metodologia para obtenção do preço de referência para contratação, serão utilizados a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de 3 (três) ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§ 3º Outros critérios ou metodologias poderão ser utilizados desde que devidamente justificados e aprovados pela autoridade competente.

§ 4º Os preços coletados deverão ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

§ 5º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de 3 (três) preços ou fornecedores.

§ 7º Os procedimentos para realização da pesquisa de preços e definição do preço de referência estimado, bem como a respectiva metodologia que possa ser utilizada, para licitação de aquisição de bens e contratação de outros serviços terão seu regramento previsto em normativo interno próprio da Codevasf.

6.3. - Diante do exposto, o valor referencial para a contratação é de R\$ 423.108,92 (quatrocentos e vinte e três mil, cento e oito reais e noventa e dois centavos), constituindo o valor máximo para contratação.

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A opção pelo registro de preços guarda relação com a Seção V da Lei nº 14.133/2021, levando em conta a experiência satisfatória obtida em aquisições dos exercícios de 2021, 2022 e 2023, nos quais o fornecimento do material foi feito de forma parcelada, atendendo proporcionalmente a demanda de curto prazo.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Não aplicável. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

IX - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. A demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento é viável pela especificidade de atuação da **CODEVASF**, empresa pública federal, criada pela Lei nº 6.088/74, entidade integrante da Administração Pública Indireta (Decreto-lei nº 200/67, art. 4º, I "b"), inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0001-26; que tem em seu quadro 161 (cento e sessenta e um) empregados na 2ª Superintendência Regional, além de vários estagiários e colaboradores terceirizados e cedidos, o que exige da empresa um parque de informática capaz de proporcionar o desempenho satisfatório das atividades laborais dos empregados visando a execução das políticas públicas de desenvolvimento regional.

X - RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. O resultado pretendido é a melhoria do parque tecnológico da 2ª SR.

XI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Dentre as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, consta a indicação em TR do fiscal que acompanhará todos os trâmites ao cumprimento das Ordens de Fornecimento – OF.

No processo administrativo pertinente à contratação de fornecimento constam todos os documentos cabíveis e necessários emitidos para o fiel cumprimento do objeto proposto, instrumento que irá nortear as ações competentes da fiscalização nomeada para tal.

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

XII - IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

12.1. A empresa que se candidatar ao processo licitatório deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

No mais, em que for cabível.

XIII - SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade desta contratação se constata uma vez que os insumos a serem adquiridos estão disponíveis no mercado nacional, admitindo amplas possibilidades de concorrência entre fornecedores.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

XIV - CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

14.1. Não aplicável.

XV - DA MATRIZ DE RISCOS

15.1. A Matriz de Risco aplica-se ao projeto em questão e encontra-se anexa neste processo eletrônico.

XVI - EXCEÇÕES À ELABORAÇÃO DOS ETP

17.1. Verificado atendimento ao artigo 8º da elaboração dos ETP, nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV, VI e XV do art. 29 da Lei nº 13.303/2016. Não aplicável.

Bom Jesus da Lapa, 31 de maio de 2024.

Carlos Sales Bernardino
Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional
2ª/GRA/UTI